

**DMT - Termo de Referência e Anexos**

Processo nº **23114.903551/2026-92**

Interessado: **Diretoria de Ensino - Campus Rio Paranaíba**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO Nº 90026/2026**

**(Processo Administrativo n.º 23114.903551/2026-9)**

**1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços não continuados de Decoração, Sonorização, Iluminação, Imagem (painel de LED), Audiovisual (transmissão ao vivo) e Montagem de Estruturas (palco e praticáveis) visando atender às necessidades de adequação de espaço para a realização das Solenidades de Colação de Grau dos Formandos dos semestres 2026-I e 2026-II da Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba, previstas para ocorrer nos dias 31 de julho de 2026 e 18 de fevereiro de 2027, respectivamente, no nos termos da tabela abaixo, Espaço Multiuso do campus universitário, localizado na cidade de Rio Paranaíba-MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.**

**1.2. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

**1.2.1.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, de realização dos serviços e pagamentos sob demanda e sem a assinatura de contrato conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.2.2.** A entrega dos serviços deverá ser realizada conforme discriminado no item 5 deste documento.

**1.2.3.** O pagamento será feito em duas etapas, com emissão de notas fiscais separadas, após a execução dos serviços contratados referentes a cada uma das cerimônias realizadas.

**1.2.4.** Os serviços são enquadrados como não continuados tendo em vista sua execução se dará de forma única, sendo uma unidade para a realização da cerimônia de colação de grau prevista para o dia 31 de julho de 2026 e a outra para a realização de cerimônia de colação de grau prevista para o dia 18 de fevereiro de 2027.

**1.2.5.** Os itens objeto desta aquisição serão fornecidos para o Campus Rio Paranaíba da Universidade Federal de Viçosa, localizada na Rodovia MG 230, km 7 - sem número - Zona Rural, CEP: 38.810-000, na cidade de Rio Paranaíba/MG, sob a vistoria e fiscalização de uma comissão designada para este fim, indicada pela contratante.

**1.2.6.** A Comissão designada tem a prerrogativa de vistoriar previamente a conformidade dos serviços

em execução contratados.

1.2.7. O prazo de garantia dos itens será aquela oferecida pelo fabricante, não será exigida garantia extra ou estendida dos itens ofertados.

1.2.8. **ATENÇÃO: Havendo divergência entre a descrição vinculada ao código SERPRO e a descrição detalhada do Anexo I - Das Especificações, prevalece a deste último.**

1.2.9. **ATENÇÃO: Havendo necessidade de alteração na data de realização das solenidades de cerimônia de colação de grau por motivo de força maior, as empresas contratadas serão formalmente comunicadas com antecedência de 30 (trinta) dias e consultadas quanto ao agendamento de nova data, mantendo-se todas as especificações deste termo.**

1.2.10. Na ocorrência do especificado no item acima, não haverá aplicação de sanções às partes envolvidas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.[A1]

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

**UASG: 154051**

ID PCA no PNCP: **25944455000196-0-000002/2026;**

Data de publicação no PNCP: **08/05/2026;**

Id do item no PCA: **2644, 3671, 3693;**

Classe/Grupo: **5450, 873, 969;**

Identificador da Futura Contratação: **154051-47/2026, 154051-107/2026, 154051-118/2026**

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os impactos causados pelo descarte das embalagens e utilização dos produtos, deverão ser observadas as normas da ABNT, relacionadas ao descarte de resíduos;

4.1.2. Deverão, também, ser realizadas medidas de prevenção e controle para garantir o maior tempo de vida útil dos materiais, a possibilidade de reutilização ou reciclagem deles, bem como a geração de menor volume de resíduos possível;

4.1.3. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados às diretrizes da Lei 14.133/2021, IPPC - Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratações e normativos correlatos; e

4.1.4. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de

Resíduos Sólidos.

## **Subcontratação**

### **4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

## **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **Vistoria**

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **facultativa** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

4.4.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.1.1. Para agendamento das visitas, aos interessados, favor entrar em contato com **Kely Resende Silva, Diretoria de Ensino - Campus Rio Paranaíba, MG - e-mail: [diretoriadeensino@ufv.br](mailto:diretoriadeensino@ufv.br) telefone: (34) 3855 93 33.**

4.4.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

4.4.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução:**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: dias 15 do recebimento da nota de empenho e emissão da ordem de serviço antes das datas previstas para a realização dos eventos, tendo em vista que o local estará disponível para a montagem das estruturas, equipamentos, etc.

5.1.1.1 **A cerimônia de colação de grau dos formandos do semestre 2026-I está prevista para ocorrer no dia 31 de julho de 2026, portanto a prestação dos serviços deverá ser iniciada, preferencialmente, a partir de 16/07/2026.**

5.1.1.2. **A cerimônia de colação de grau dos formandos do semestre 2026-II está prevista para ocorrer no dia 18 de fevereiro de 2027, portanto a prestação dos serviços deverá ser iniciada, preferencialmente, a partir de 03/02/2027.**

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba, localizado à Rodovia MG 230, KM 7 - s/no, Zona Rural, município de Rio Paranaíba-MG, CEP 38.810-000, na edificação denominada Espaço Multiuso.**

5.3. O Espaço Multiuso será disponibilizado, para a montagem de todos os serviços necessários, com antecedência de 15 (quinze) dias da data prevista para as solenidades de colação de grau dos formandos dos semestres 2026-I e 2026-II. Todos os preparativos deverão estar integralmente concluídos com, no mínimo, 24 horas de antecedência da realização de cada cerimônia. Excetuam-se:

5.3.1. A montagem da estrutura de palco e praticáveis (incluindo os acessos rampa e escadas) deverá

estar concluída 48 horas antes da realização do evento.

5.3.2. A montagem e finalização dos arranjos florais deverão ocorrer até 4 horas antes do horário previsto para o início do evento.

5.3.3. A montagem de todos os equipamentos necessários ao serviço de transmissão ao vivo deverá estar concluída, impreterivelmente, até 10 horas antes do horário previsto para o início do evento.

**5.4. A(s) CONTRATADA(S) deverão comparecer ao Espaço Multiuso, obrigatoriamente, às 8 (oito) horas do dia de realização de cada evento (previstos para ocorrer em 31 de julho de 2026 e 18 de fevereiro de 2027) ao Ensaio Geral dos Formandos, a fim de realizar os testes necessários nos equipamentos e estruturas previamente montados para as Solenidades de Colação de Grau. Neste momento, a Comissão designada para a vistoria e fiscalização entregará à(s) CONTRATADA(S) o Termo de Recebimento Provisório dos respectivos serviços executados.**

**5.5. A desmontagem das estruturas, equipamentos e demais materiais utilizados na execução dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após o término da cerimônia, devendo a retirada integral ocorrer no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas. Após o decurso do referido prazo, a Universidade Federal de Viçosa – Campus Rio Paranaíba não se responsabilizará por quaisquer equipamentos, materiais ou objetos eventualmente deixados no Espaço Multiuso pela CONTRATADA, inclusive quanto a perdas, danos, extravios ou furtos.**

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O Instrumento contratual deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com o constante neste Termo de Referências e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do instrumento contratual, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5. Em substituição ao Contrato será utilizada a Nota de Empenho, cujas cláusulas essenciais estão dispostas no edital, que é de consulta obrigatória pelos licitantes, bem como nos documentos pré-empenho e nota de empenho que, serão oportunamente enviadas às futuras contratadas. Tendo em vista a natureza não continuada do serviço pretendido e a inclusão, como previstos no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, optou-se pela adoção do instrumento Nota de Empenho, substitutivo ao termo de contrato. Os documentos citados contém no mínimo: o objeto e seus elementos característicos; a forma de fornecimento; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 desta Lei; a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à**

**proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.**

### **Rotinas de Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Gestor do Contrato**

6.19. Não se aplica, o contrato foi substituído por nota de empenho.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), composto pelos documentos: Relatório de Fiscalização de Execução de Serviços, Termo de Recebimento Provisório, Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto nos Anexos B, C, D, E e F.

7.1.1. **Relatório de Fiscalização de Execução de Serviços:** será utilizado no decorrer da execução dos serviços e será apresentado à CONTRATADA para ciência e providências quanto às eventuais inconformidades ou pendências apontadas, de modo que os devidos ajustes sejam integralmente realizados até a realização do evento.

7.1.2. **Termo de Recebimento provisório:** será aplicado 10 horas antes da realização de cada evento, com exceção dos arranjos florais que serão recebidos provisoriamente 4 horas antes do início de cada

evento, conforme item 5.7.2 do ETP e item 5.3.2 deste TR e, apresentado à CONTRATADA, momento em que será realizado o ensaio geral dos formandos.

**7.1.3. Termo de recebimento definitivo:** será emitido após a execução de cada serviço contratado por evento e será entregue ao setor competente da UFV para aplicação de ajustes no pagamento e à CONTRATADA para ciência, juntamente com as justificativas para os itens avaliados que não estavam em conformidade com o contratado.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, segundo o grau de conformidade definido no IMR proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os[A4] seguintes critérios descritos nos Anexos B, C, D, E e F.

**7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, 10 horas antes de realização de cada evento, pela Comissão de vistoria e fiscalização designada pela contratante, mediante Termo de Recebimento Provisório, quando verificado o cumprimento das exigências do instrumento contratual, com exceção dos arranjos florais que serão recebidos provisoriamente 4 horas antes da realização de cada evento, conforme item 5.7.2 do ETP.**

**7.7. Para efeito de recebimento definitivo, será considerado para fins de faturamento a execução dos serviços contratados fundamentado segundo os critérios definidos no IMR.**

**7.7.1. O recebimento dos serviços será feito de forma independente em duas datas, por se tratar de dois eventos: colação de grau 2026-1 a ser realizada com data prevista para 31/07/2026 e a colação de grau de 2026-2 prevista para 18/02/27.**

## **Liquidação**

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 7.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- Prazo de pagamento
- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.22. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% ( um por cento) por dia de atraso injustificado um sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta ) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5 % ( meio por cento) a 15 % (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de % (15 quinze por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1 % ( um por cento) a 15 % (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de %15 ( por cento) a % ( por cento) do valor da contratação. quinze 30 trinta

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1 % (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

9.3. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3.1. A adoção do regime de execução por empreitada por preço global justifica-se em razão da natureza do objeto contratado, cujos serviços apresentam escopo previamente definido, padronizado e passível de mensuração global. A contratação envolve a prestação integrada de serviços necessários à realização da cerimônia de colação de grau, incluindo infraestrutura, equipamentos, apoio operacional e demais itens correlatos, permitindo a definição objetiva das obrigações da contratada e do valor total da execução.

9.3.2. Além disso, o modelo por preço global mostra-se mais adequado ao interesse público por proporcionar maior previsibilidade orçamentária, facilitar a gestão e fiscalização contratual e reduzir riscos relacionados a medições fragmentadas ou variações excessivas de custos durante a execução. Tal regime também favorece a responsabilização da contratada pela entrega integral da solução contratada, observados os padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no Termo de Referência.

9.3.3. A opção encontra respaldo no art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os quantitativos e especificações do objeto podem ser previamente definidos com nível satisfatório de precisão

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da

respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Técnica**

9.23. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.23.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.24. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.29.6.1. ata de fundação;

9.29.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.29.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.29.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.29.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.29.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.29.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$196. 952,08 (cento e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oito centavos) conforme custos unitários apostos no anexo I - das especificações que faz parte deste Termo de Referências.

#### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/unidade: **154051/15268;**

unidade gestora: **DGR - Campus Rio Paranaíba - Diretoria Geral;**

Fonte de recursos: **1000000000 - Custeio - Funcionamento F0;**

Programa de trabalho: **231013;**

Elemento de despesa: **449052 - Prestação de Serviços; e**

Plano interno: **M20RKG19PSN.**

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## **13. ANEXO I - Das Especificações**

### **13.1. Documento externo gerado pelo SIM - (anexo com planilha de quantitativos)**

## **14. ANEXO II - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**

## **15. ANEXO III\_ ANEXO II**

## **TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, ..... declara que está ciente e concorda com as(identificar o Contratado) disposições e obrigações previstas no , no Termo de Referência e nos demais Edital Aviso de Contratação Direta OU anexos a que se refere o nº...../20....., bem como que se Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20 ..... ..

\_\_\_\_\_  
(Nome )

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025.

Ordenador de Despesas	Solicitação(ões) Constantes neste Processo:	X Aprovado	___ Reprovado
	Estudo Técnico Preliminar:	X Aprovado	___ Reprovado
	Termo de Referência:	X Aprovado	___ Reprovado

#### Assinaturas Requeridas:

1. Responsável pela elaboração do Documento e /ou Presidente da Equipe de Planejamento.
2. Membros da Equipe de Planejamento (**quando serviço**).
3. Ordenador de Despesas.

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - CAMPUS RIO PARANAÍBA

#### Anexo II

#### MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA					
Razão Social:					
CNPJ:					
Endereço:					
Telefone:					
E-mail:					
DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidades de Medidas	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Global (R\$)
Total:					

## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

### LOCAL DE REALIZAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO

Endereço:

Data de Início:

### RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta **Ordem de Serviço** serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:

Unidade  
Orçamentária:

Função Programática:

Projeto de Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

Saldo Orçamentário:

### IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Responsável pela Solicitação do Serviço:

Responsável pela Avaliação do Serviços:

### Assinaturas Requeridas:

1. Responsável(is).



Documento assinado eletronicamente por **EDNA VALDIRENE DE FREITAS, Chefe de Serviço**, em 01/06/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4 do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dti.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1945479** e o código CRC **027B6CB0**.

---

**Referência:** Processo nº 23114.903551/2026-92

SEI nº 1945479

*Campus Viçosa*  
Av. Peter Henry Rolfs, s/nº, *Campus Universitário*  
36570-900 Viçosa/MG

*Campus Florestal*  
Rodovia LMG-818, km 6  
35690-000 Florestal/MG

*Campus Rio Paranaíba*  
Rodovia MG-230, Km 7, Zona Rural, Rodoviário  
38810-000 Rio Paranaíba/MG